



Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

**Informações contábeis intermediárias
em 30 de setembro de 2025**

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A

Informações contábeis intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS.....	12
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	14
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	15
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS.....	17
8	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	19
9	PARTES RELACIONADAS.....	19
10	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	22
11	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	24
12	INTANGÍVEL	24
13	ATIVOS DE CONTRATO	25
14	FORNECEDORES	26
15	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	27
16	DEBÊNTURES	29
17	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	31
18	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	31
19	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	33
20	PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES	37
21	OUTRAS CONTAS A PAGAR	38
22	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	39
23	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	42
24	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	43
25	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	44
26	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	44
27	RESULTADO FINANCEIRO.....	45
28	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA)	46
29	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	46
30	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	49
31	COMPROMISSOS FUTUROS.....	50
32	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	50



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.
Goiânia - GO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Shape the future
with confidence

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 às informações contábeis intermediárias, a Companhia mantém registrado na rubrica de outros créditos a receber “Créditos especiais - Funac”, no montante de R\$ 781.332 mil líquidos de provisão para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais da Companhia, relativos a fatos geradores ocorridos antes da venda do controle acionário da Companhia para a Eletrobras, e que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual 17.555/2012 e regulamentação definida pelo Decreto Estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento destes valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 12 de novembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contadora CRC CE-020833/O

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)



Ativo	Notas	30/09/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	30/09/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	51.472	85.029	Fornecedores	14	1.217.840	1.319.892
Aplicações financeiras	5	1.540.532	1.132.207	Fornecedores - risco sacado	14.1	94.473	49.273
Contas a receber de clientes	6	1.948.567	1.865.034	Empréstimos e financiamentos	15	80.977	26.378
Serviços pedidos		159.609	93.496	Debêntures	16	317.174	237.272
Almoxarifado		25.806	14.890	Instrumentos financeiros derivativos	29.4	3.273	814
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	544.830	-	Passivo de arrendamento		1.331	959
Impostos e contribuições a recuperar	8	753.099	738.509	Impostos e contribuições a recolher	17	241.764	161.386
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		136.445	135.524	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		47.010	-
Outros créditos a receber	10	453.418	315.728	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		64.943	83.278
Total do ativo circulante		5.613.778	4.380.417	Encargos setoriais		89.611	61.997
Não circulante				Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	-	375.315
Aplicações financeiras	5	29.833	27.506	Provisão para riscos judiciais	19	334.444	-
Contas a receber de clientes	6	65.085	65.247	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	17.944	204.611
Serviços pedidos		-	65.889	Contribuição de iluminação pública		63.709	57.451
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	46.402	-	Benefício pós-emprego	28	2.572	2.437
Impostos e contribuições a recuperar	8	1.427.736	1.682.816	Outras contas a pagar	21	696.595	587.392
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	2.252.456	2.249.542	Total do passivo circulante		3.273.660	3.168.455
Depósitos vinculados	19	179.433	170.708	Não circulante			
Outros créditos a receber	10	670.420	749.004	Fornecedores	14	-	58.012
Ativo financeiro da concessão	11	2.262.810	1.925.201	Empréstimos e financiamentos	15	1.599.466	636.958
Intangível	12	11.092.213	10.711.704	Debêntures	16	12.722.255	11.242.780
Ativos de contrato	13	2.460.159	1.747.377	Instrumentos financeiros derivativos	29.4	200.285	131.746
Direito de uso		4.751	3.643	Passivo de arrendamento		3.705	2.872
Total do ativo não circulante		20.491.298	19.398.637	Impostos e contribuições a recolher	17	28.610	38.695
				Encargos setoriais		139.620	106.209
				Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	-	85.376
				Provisão para riscos judiciais	19	1.343.322	1.708.394
				PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	1.651.918	1.537.807
				Benefício pós-emprego	28	152.532	151.121
				Outras contas a pagar	21	76.305	73.068
				Total do passivo não circulante		17.918.018	15.773.038
				Patrimônio líquido			
				Capital social	22.1	5.664.952	5.664.952
				Ajuste de avaliação patrimonial		40.635	(24.077)
				Reserva de reavaliação	22.2	26.556	34.229
				Reserva de capital		3.512.278	3.511.744
				Prejuízos acumulados		(4.331.023)	(4.349.287)
				Total do patrimônio líquido		4.913.398	4.837.561
Total do ativo		26.105.076	23.779.054	Total do passivo e patrimônio líquido		26.105.076	23.779.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



		01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Receita operacional líquida	23	3.459.470	9.308.049	3.013.478	7.840.405
Energia elétrica comprada para revenda	25	(1.664.574)	(4.326.946)	(1.394.056)	(3.655.117)
Custo de construção		(751.360)	(1.944.920)	(638.595)	(1.470.505)
Custo da operação		(280.345)	(777.979)	(352.783)	(1.019.476)
Custos de energia elétrica, construção e operação	24	(2.696.279)	(7.049.845)	(2.385.434)	(6.145.098)
Lucro bruto		763.191	2.258.204	628.044	1.695.307
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	(50.898)	(163.079)	(35.259)	(60.084)
Despesas gerais e administrativas	24	(185.116)	(597.258)	(136.074)	(471.523)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	24	11.304	(105.793)	(8.299)	(7.114)
Outras despesas operacionais, líquidas	26	(72.254)	(110.315)	10.220	(114.719)
Total de despesas operacionais		(296.964)	(976.445)	(169.412)	(653.440)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		466.227	1.281.759	458.632	1.041.867
Receitas financeiras	27	209.089	553.043	123.464	297.124
Despesas financeiras	27	(695.235)	(1.881.577)	(482.197)	(1.397.645)
Resultado financeiro		(486.146)	(1.328.534)	(358.733)	(1.100.521)
Resultado antes dos impostos sobre lucro		(19.919)	(46.775)	99.899	(58.654)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(11.051)	(50.480)	(32.939)	(89.769)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	34.252	107.846	2.568	65.528
Impostos sobre o lucro		23.201	57.366	(30.371)	(24.241)
Lucro líquido (prejuízo) do período		3.282	10.591	69.528	(82.895)
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído - R\$					
Ação ordinária	22.4	0,01159	0,03742	0,2456	(0,2928)
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		283.067	283.067	283.067	283.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Lucro (prejuízo) do período	3.282	10.591	69.528	(82.895)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	(1.467)	(7.673)	(5.035)	(7.519)
Resultados de <i>hedge accounting</i> , líquido de tributos diferidos	(460)	64.712	(14.465)	(14.465)
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	(1.927)	57.039	(19.500)	(21.984)
Total resultados abrangentes	1.355	67.630	50.028	(104.879)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)



	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		5.664.952	3.509.456	44.166	37.601	(4.716.116)	4.540.059
Resultado abrangente do período							
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos		-	-	(7.519)	-	7.519	-
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>		-	2.151	-	-	-	2.151
Resultados de <i>hedge accounting</i> , líquido de tributos diferidos		-	-	-	(14.465)	-	(14.465)
Prejuízo do período		-	-	-	-	(82.895)	(82.895)
Saldos em 30 de setembro de 2024		5.664.952	3.511.607	36.647	23.136	(4.791.492)	4.444.850
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.664.952	3.511.744	34.229	(24.077)	(4.349.287)	4.837.561
Resultado abrangente do exercício							
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>	22.3	-	446	-	-	-	446
Pagamentos baseados em ações - <i>Matching Shares</i>	22.3	-	88	-	-	-	88
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos	22.2	-	-	(7.673)	-	7.673	-
Resultados de <i>hedge accounting</i> , líquido de tributos diferidos	29.4	-	-	-	64.712	-	64.712
Lucro do período		-	-	-	-	10.591	10.591
Saldos em 30 de setembro de 2025		5.664.952	3.512.278	26.556	40.635	(4.331.023)	4.913.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	30/09/2025	30/09/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	10.591	(82.895)
Ajustes para:		
Amortização	516.832	506.714
Baixa de intangível, financeiro e contratual	19.060	9.029
Atualização do ativo financeiro e contratual	(76.982)	(49.713)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais líquidas e marcação a valor ju:	1.006.020	988.448
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	105.793	7.114
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	39.650	-
Baixa de recebíveis incobráveis	-	68.385
Perdas com instrumentos derivativos	266.801	8.095
Ajuste a valor presente	4.599	4.420
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	31.375	77.400
Provisão e atualização de encargos setoriais	75.017	68.213
Provisão e atualização para riscos judiciais e depósitos vinculados	92.212	96.614
Rendimentos de aplicações financeiras	(72.376)	(105.829)
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	(1.247.337)	(806.076)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(107.846)	(65.528)
Imposto de renda e contribuição social correntes	50.480	89.769
Valor justo das opções de compra	5.165	5.143
Plano de aposentadoria e pensão	1.546	1.982
Provisão para perda de estoque	46.496	-
PIS/COFINS a serem restituídos aos consumidores	(7.914)	(2.148)
Subtotal	759.182	819.137
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(127.179)	(81.128)
Serviços pedidos	(224)	(32.787)
Depósitos vinculados	(2.170)	(18.187)
Almoxarifado	(10.916)	5.441
Impostos e contribuições a recuperar	(60.874)	(98.436)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(921)	(28.422)
Outros créditos a receber	(42.518)	(22.695)
Fornecedores	(238.994)	(401.101)
Fornecedores - risco sacado	45.200	(11.049)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(127.294)	(90.472)
Impostos e contribuições a recolher	493.682	567.750
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	23.818	(56.830)
Benefícios pós-emprego	-	1.948
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8.747	48.928
Encargos setoriais	(13.992)	12.665
Provisão para riscos judiciais	(281.421)	(198.105)
Contribuição de iluminação pública	6.258	2.015
Outras contas a pagar	107.809	113.659
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(220.989)	(286.806)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(27.288)	-
Juros recebidos de aplicações financeiras	72.923	105.829
Juros pagos	(1.016.678)	(969.962)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(432.850)	(331.802)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(1.702.199)	(1.232.181)
Resgate (aplicações) financeiras	(411.199)	(144.261)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.113.398)	(1.376.442)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.091.375	383.600
Amortização de empréstimos e financiamentos	(21.256)	(10.807)
Captação de debêntures	1.443.477	3.908.182
Amortização de debêntures	-	(2.845.441)
Amortização do passivo de arrendamento	(905)	(6.190)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	2.512.691	1.429.344
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(33.557)	(278.900)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	85.029	431.981
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	51.472	153.081
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(33.557)	(278.900)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	30/09/2025	30/09/2024
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	10.954.881	9.741.158
Receitas de construção	1.944.920	1.470.505
Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa	(105.793)	(7.114)
Subtotal	12.794.008	11.204.549
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(6.271.866)	(5.125.622)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(952.891)	(1.009.135)
Outras despesas	(159.764)	(158.959)
Subtotal	(7.384.521)	(6.293.716)
Valor adicionado bruto	5.409.487	4.910.833
Amortização	(516.832)	(506.714)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	4.892.655	4.404.119
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	568.252	311.161
Valor adicionado total a distribuir	5.460.907	4.715.280
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	85.453	65.299
Benefícios	24.293	19.665
FGTS	17.391	11.203
Subtotal	127.137	96.167
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.027.125	2.014.695
Estaduais	1.409.013	1.290.581
Municipais	365	358
Subtotal	3.436.503	3.305.634
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.198.551	1.010.067
Aluguéis	5.099	(1.271)
Outros	683.026	387.578
Subtotal	1.886.676	1.396.374
Lucro (prejuízo) do período	10.591	(82.895)
Valor adicionado	5.460.907	4.715.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1 Contexto operacional

A Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (atual razão social da antiga CELG Distribuição S.A.) (Companhia ou Equatorial Goiás) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "B". Domiciliada no Brasil, com sede na Rua 2, 505, Bairro Jardim Goiás, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é concessionária de serviço público de energia elétrica no segmento de distribuição que abrange todo o Estado de Goiás com 340.243 km²(^{*)}, atendendo, em 30 de setembro de 2025, 3.500.934(^{*)} consumidores em 237 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(^{*)} referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de setembro 2015, a Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de 7 de julho de 2015, abrangendo uma área de 237 municípios.

O 8º Termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL, celebrado em 23 de fevereiro de 2023, formalizou a transferência de controle social da CELG Distribuição S.A. - CELG D para a Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Ao término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio do Poder Concedente, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados mediante auditoria da ANEEL. Os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

1.2 Continuidade operacional

Quando da elaboração das informações contábeis intermediárias, a Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. A Companhia, para o período findo em 30 de setembro de 2025, apresentou lucro de R\$ 10.591 (prejuízo de R\$ 82.895 para o período findo em 30 de setembro de 2024), prejuízo acumulado de R\$ 4.331.023 (R\$ 4.349.287 em 31 de dezembro de 2024), capital circulante líquido positivo, no valor de R\$ 2.340.118 (R\$ 1.211.962 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia vem revertendo este cenário com planos de reavaliação de contratos (curto e médio prazo), renegociando com fornecedores para equilíbrio de preços no padrão de gestão da Equatorial, revisão de procedimentos e processos para ganho de eficiência com as demais empresas do Grupo, além de uma política de alongamento de pagamentos e renegociação de débitos anteriores. O resultado antes do resultado financeiro e impostos nesse período apresentou lucro superior ao comparativo com o período anterior, motivado principalmente pelo reposicionamento tarifário ao fim de 2024. Para o período findo em 30 de setembro de 2025, o referido resultado foi de R\$ 1.281.759 (R\$ 1.041.867 em 30 de setembro de 2024).

O fluxo de caixa operacional foi negativo em 30 de setembro de 2025, no valor de R\$ 432.850 (negativo em R\$ 331.802 em 30 de setembro de 2024). Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- Atuação no plano de melhoria e expansão da rede, que se iniciou em 2023, manteve-se ao longo do ano de 2024 e continua sendo realizado em 2025, com o objetivo de realizar investimentos que melhorem a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica aos clientes e atendam as necessidades de expansão do sistema elétrico do Estado de Goiás. Os investimentos visam atender aos pedidos dos clientes, garantir aumento de receita e reduzir os indicadores coletivos de continuidade do sistema elétrico, e por conseguinte, dos desembolsos por penalidades de descontinuidade do sistema elétrico;
- Priorização dos investimentos de autoconstrução (pedidos de clientes) com foco em zerar os passivos de solicitações e atendimento dos entrantes no prazo regulatório estabelecido. Esta ação expande o mercado, incrementa receita e reduz penalidades por descumprimento de prazo para atendimento ao consumidor;
- Finalização da virada dos contratos comerciais e técnicos dos principais fornecedores para o modelo de âncora (redução do número de fornecedores para a mesma atividade). Neste modelo, além de tornar mais eficiente a operação terceirizada em grandes *players* do mercado (e que já trabalham em outras concessões do grupo), garantirá ganhos de escala com renegociação de preços e com medição qualitativa e quantitativa de produtividade. Esta ação garantirá melhor controle nos gastos realizados e melhor produtividade da mão de obra terceirizada; e
- Atuação em planos de ações de combate as perdas e de ações de cobrança (cortes), buscando maximizar a receita, recuperar créditos e aumentar o caixa da Companhia.

A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

1.3 Indicadores de continuidade de fornecimento

Por meio do Despacho nº 3.498, de 06 de dezembro de 2022, a ANEEL aprovou o Plano de Transferência do controle da concessão de Goiás para a Equatorial Participações e Investimentos S.A., como alternativa à extinção da concessão, observado o afastamento do art. 9º do Anexo VIII da REN nº 948, de 2021, pelo período de três anos (2023, 2024 e 2025), exclusivamente quanto à abertura de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão em caso de eventual descumprimento do DEC ou do FEC ou do critério de eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira.

O afastamento da caducidade, pelo período previsto no despacho, foi incorporado ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 63/2000-ANEEL pelo seu Oitavo Termo Aditivo, de 23 de fevereiro de 2023. Por meio deste, alterou-se a redação da Cláusula Terceira, Subcláusula Décima Quarta e estabeleceu o ano de 2026 como marco inicial para verificação da inadimplência da distribuidora com relação à Continuidade do Fornecimento ou à Gestão Econômico-Financeira, para fins de abertura de processo de caducidade.

A Administração, ciente de suas obrigações, instaurou o Plano de 100 dias, a contar da data de aquisição, que teve como objetivo o aprofundamento das análises e elaboração de ações estruturantes para a situação operacional da concessão. Considera-se, assim, que houve um adequado planejamento para o atingimento dos limites regulatórios que foram, inclusive, pauta no calendário da Revisão Tarifária Periódica de 2023, cujo processo junto à ANEEL foi finalizado em 17 de outubro de 2023, quando foram definidos os novos limites globais para o DEC e FEC da concessão e que já começaram a vigorar em 2024.

Conforme consta na Nota Técnica nº 98/2023-STD/ANEEL, de 06 de outubro de 2023, emitida no âmbito do processo da revisão da Equatorial Goiás, os limites globais vigentes para o ano de 2025 são: DEC: 11,45 horas e FEC: 7,73 vezes. Considerando o desafio existente, a Companhia, com objetivo de melhorar a qualidade do fornecimento e aproximar-se dos limites definidos pela ANEEL, criou um planejamento robusto, composto por inúmeras obras e ações de manutenção.

Frisa-se ainda que o referido plano de ação tem sido acompanhado pela ANEEL, por meio do Plano de Resultados instaurado para o ciclo 2024-2028, cujo objetivo é garantir a melhoria substancial dos conjuntos elétricos. Os resultados obtidos para o Plano de Resultados mostram-se promissores, dado que a Companhia tem aumentado a quantidade dos conjuntos dentro dos limites regulatórios.

1.4 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão de valer integralmente a partir de 2033. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 30 de setembro de 2025, não há impactos da reforma tributária nas informações contábeis intermediárias da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, divulgadas em 26 de março de 2025. As informações contábeis intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos; e (iii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de novembro de 2025.

2.2 Moeda funcional e de apresentação e transações em moeda estrangeira

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis à essas informações contábeis intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir do início do período de relatório atual. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.1.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
CPC 51/ IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51/IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51/IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	50.582	27.862
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	205	48.944
Operações compromissadas	685	8.088
Fundo de investimento		
Operações compromissadas	-	130
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	5
Subtotal de equivalentes de caixa	890	57.167
Total	51.472	85.029

- a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de setembro de 2025, equivale a 98,54% do CDI (99,44% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Fundo de investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento (b)	1.492.558	1.107.090
Cotas de fundos de investimento FIDC (c)	36.235	19.865
Letra financeira	-	64
Títulos públicos	-	841
Fundo aberto (d)	11.739	4.347
Total circulante	1.540.532	1.132.207
Não circulante		
Recurso vinculado (e)	29.833	27.506
Total não circulante	29.833	27.506
Total	1.570.365	1.159.713

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures e CDBs, de acordo com a norma de aplicações da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos (limite máximo de 10% do patrimônio líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas;
- (b) A variação no período decorre das movimentações detalhadas nas notas explicativas nº 15.2 – Movimentação de empréstimos e financiamentos e nº 16.1 – Movimentação das debêntures;
- (c) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 14.1 – Fornecedores – Risco sacado;
- (d) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (e) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de setembro de 2025, equivale 102,78% do CDI (100,39% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	30/09/2025				31/12/2024			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	367.967	204.914	222.744	795.625	364.183	257.339	202.687	824.209
Industrial	16.224	7.389	19.057	42.670	15.537	8.845	23.038	47.420
Comercial	85.460	36.068	65.964	187.492	91.996	50.049	63.018	205.063
Rural	74.785	42.644	41.349	158.778	53.862	44.569	43.660	142.091
Poder público	43.271	4.098	8.353	55.722	30.291	12.320	8.806	51.417
Iluminação pública	29.608	1.669	20.460	51.737	31.923	4.339	28.390	64.652
Serviço público	27.677	503	5.898	34.078	23.007	3.097	1.655	27.759
Contas a receber de consumidores faturados	644.992	297.285	383.825	1.326.102	610.799	380.558	371.254	1.362.611
Residencial	38.747	8.840	94.018	141.605	43.363	9.294	88.535	141.192
Industrial	5.087	891	4.535	10.513	5.787	2.799	4.217	12.803
Comercial	21.671	3.064	30.577	55.312	23.478	2.707	30.037	56.222
Rural	10.780	1.863	13.437	26.080	10.448	2.003	13.399	25.850
Poder público	77.732	5.080	3.809	86.621	45.499	3.375	44.201	93.075
Iluminação pública	54.145	1.762	5.464	61.371	51.226	2.610	7.159	60.995
Serviço público	3.526	99	475	4.100	1.059	129	267	1.455
Parcelamentos (a)	211.688	21.599	152.315	385.602	180.860	22.917	187.815	391.592
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	593.231	-	-	593.231	449.292	-	-	449.292
Baixa renda (c)	50.001	-	-	50.001	32.801	-	-	32.801
Outras	27.741	5.150	21.913	54.804	38.103	4.498	20.687	63.288
Subtotal	1.527.653	324.034	558.053	2.409.740	1.311.855	407.973	579.756	2.299.584
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(28.982)	(13.483)	(353.623)	(396.088)	(30.633)	(17.182)	(321.488)	(369.303)
Total contas a receber clientes	1.498.671	310.551	204.430	2.013.652	1.281.222	390.791	258.268	1.930.281
Circulante				1.948.567				1.865.034
Não circulante				65.085				65.247

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 30 de setembro de 2025, no montante de R\$ 32.491 (R\$ 30.063 em 31 de dezembro de 2024), resultando no reconhecimento de R\$ 2.428 no resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, é após o período de encerramento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2024	Provisões/ Reversões (a)	Baixas (b)	30/09/2025
Contas a receber de consumidores faturados	(169.631)	(34.400)	14.045	(189.986)
Parcelamentos	(188.064)	(3.814)	-	(191.878)
Contas a receber de consumidores não faturados	(2.229)	(206)	-	(2.435)
Outros	(9.379)	(2.410)	-	(11.789)
Total	(369.303)	(40.830)	14.045	(396.088)

- (a) A movimentação líquida do período gerou um complemento de provisão no montante de R\$ 40.830, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 41.380 e reversão de R\$550, respectivamente, conforme notas explicativas nº 24 – Custo do serviço e despesas operacionais e nº 27 – Resultado financeiro; e
- (b) Referente à baixa da PECLD sobre títulos considerados incobráveis pela Companhia, os quais foram efetivamente baixados do contas a receber.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2024	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS (j)	30/09/2025
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(9.210)	124.926	(53.588)	(8.107)	-	-	54.021
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	(7.002)	36.168	6.951	1.953	-	-	38.070
Rede básica (c)	106.995	38.023	(73.380)	10.443	-	-	82.081
Compra de energia CVA (d)	(200.265)	276.000	238.168	(7.415)	-	-	306.488
ESS - Encargos do serviço do sistema (e)	68.146	(21.336)	(42.919)	3.552	-	-	7.443
Transp. Itaipu	6.537	9.608	(8.181)	599	-	-	8.563
Subtotal	(34.799)	463.389	67.051	1.025	-	-	496.666
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (f)	76.492	164.930	(51.743)	11.135	-	-	200.814
Neutralidade (g)	(192.434)	159.050	174.576	7.005	-	-	148.197
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(69.454)	(59.477)	50.579	(1.309)	-	-	(79.661)
Risco hidrológico (h)	(334.515)	-	4.305	(18.123)	-	-	(348.333)
CDE Modicidade tarifária (i)	(41.512)	-	34.207	(3.063)	(7.749)	-	(18.117)
Compensação créditos PIS/COFINS (j)	94.509	-	99.700	328	-	(186.667)	7.870
Outros (k)	41.022	3.854	122.462	17.456	(998)	-	183.796
Subtotal	(425.892)	268.357	434.086	13.429	(8.747)	(186.667)	94.566
Total	(460.691)	731.746	501.137	14.454	(8.747)	(186.667)	591.232
Circulante							
Valores a receber	751.812						1.408.364
Valores a devolver	(1.127.127)						(863.534)
Efeito líquido ativo (passivo)	(375.315)						544.830
Não circulante							
Valores a receber	261.641						86.380
Valores a devolver	(347.017)						(39.978)
Efeito líquido ativo (passivo)	(85.376)						46.402
Efeito líquido total	(460.691)						591.232

- (a) A conta de CDE foi impactada no período pelos custos com a quota CDE-USO, de acordo com a REH nº 3.433 de 10 de dezembro de 2024 e a REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025 serem maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2024, no valor de R\$ 124.926;
- (b) O saldo da CVA PROINFA foi afetado no período pelos custos com a quota PROINFA de acordo com a REH nº 3.422 de 03 de dezembro de 2024 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2024, no valor de R\$ 36.168;
- (c) O saldo da CVA Rede básica foi impactado pelas seguintes variações: (i) constituição positiva de R\$ 38.023, decorrente do aumento na contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) para 2025, o que resultou em custos com a Rede Básica superior à cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário de 2024;
- (d) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período os custos o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, o que explica o principal movimento de R\$ 404.349; e o efeito negativo de R\$ 128.349 devido ao lançamento da provisão da neutralidade da bandeira faturada de agosto e setembro de 2025 não homologados pela Aneel;
- (e) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos, sendo o total da constituição o valor de R\$ 21.336;
- (f) A constituição do saldo positivo R\$ 164.930 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio inferior ao preço médio de compra de energia;
- (g) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior, ajustados pela taxa SELIC, conforme regulamentação vigente. No período atual, foi registrada uma constituição positiva de R\$ 159.050;
- (h) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada;
- (i) A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia;
- (j) Trata-se da amortização do passivo relativo ao ressarcimento aos consumidores no montante de R\$ 186.667 via amortização da CVA, conforme nota explicativa nº 20 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores; e
- (k) O saldo total de amortização de outros foi afetado principalmente pelas amortizações da Quitação da Conta COVID/ESCASSEZ positivo em R\$ 127.363, pela Recomposição Itaipú negativa em R\$ 31.690, pela Neutralidade COVID positiva em R\$ 24.042, pelos Encargos Escassez hídrica positivo em 8.255 e pela Penalidade por descumprimento de meta de universalização negativo em R\$ 2.974. Os demais itens somados totalizam negativamente um valor de R\$ 2.533 e inclui financeiros como Reversão de Créditos Associados a REN 1000/21, CUSD, TUSDg, Garantia Financeira, entre outros.

No mês de outubro de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3.407, de 15 de outubro de 2024, foram reajustadas, em média, 4,33%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridores da distribuidora.

No período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 40.700 de bandeira tarifária (R\$ 286.927 em 31 de dezembro de 2024), sendo que, R\$ 76.639 de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes (R\$ 166.755 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 35.939 negativo via CCRBT (R\$ 120.172 em 31 de dezembro de 2024). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e é administrada pela CCEE.

8 Impostos e contribuições a recuperar

	30/09/2025	31/12/2024
Circulante		
ICMS a recuperar	142.209	127.697
PIS e COFINS	7.894	7.894
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	602.118	602.118
Outros	878	800
Total circulante	753.099	738.509
não circulante		
ICMS a recuperar	180.990	140.216
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	1.172.948	1.474.312
Outros	73.798	68.288
Total não circulante	1.427.736	1.682.816
Totais impostos e contribuições a recuperar	2.180.835	2.421.325

- (a) A Companhia possui um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar, referente a exclusão da base de cálculo do ICMS, no montante de R\$ 1.775.066 (R\$ 2.076.430 em 31 de dezembro de 2024), líquido de compensação com impostos federais, o qual foi registrado após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito em julgado da ação, conforme nota explicativa nº 20 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda sobre folha de pagamento, PIS e COFINS e retenções federais.

9 Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia possui transações com partes relacionadas, com as empresas descritas abaixo:

Companhias	Notas	30/09/2025		31/12/2024		30/09/2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a receber – (bens materiais)							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	36	-	36	-	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.242	-	-	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	106	-	-	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(a)	-	-	1.162	-	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	136	-	-	-	-	-
Total		2.520	-	1.198	-	-	-
Outros créditos a receber							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	4.188	9.932	5.238	3.077	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	4.676	13.924	7.422	3.777	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1.285	4.247	1.729	1.345	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1.817	5.340	2.504	1.492	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(b)	1.897	5.999	2.489	1.801	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(b)	345	1.618	586	438	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	15	51	46	23	-	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	14	49	44	22	-	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	21	73	55	27	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	37	162	203	97	-	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	16	56	48	24	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	17	61	49	24	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(g)	-	-	-	26	-	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	28	98	94	46	-	-
Total		14.356	41.610	20.507	12.219	-	-
Fornecedores							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(1.472)	-	-	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(731)	-	(731)	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(c)	-	-	(518)	-	-	-
Equatorial Serviços S.A.	(d)	(9.421)	(34.034)	(11.671)	(26.173)	-	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(e)	(1.170)	(2.024)	(1.134)	(9.624)	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	(198)	(1.693)	(236)	(1.484)	-	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	(177)	(1.512)	(211)	(1.487)	-	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	(258)	(2.207)	(308)	(2.201)	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	(623)	(3.980)	(555)	(3.895)	-	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	(217)	(1.763)	(159)	(1.804)	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	(267)	(2.277)	(318)	(2.238)	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(g)	-	-	-	(1.508)	-	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	(301)	(2.226)	(286)	(2.579)	-	-
Total		(14.835)	(51.716)	(16.127)	(52.993)	-	-

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Empresas	Notas	30/09/2025		31/12/2024	30/09/2024
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Empresas					
Outros Contas a Pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(12.724)	(40.105)	(10.369)	(11.880)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(4.577)	(15.744)	(4.936)	(5.177)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(1.692)	(6.293)	(2.503)	(2.172)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(1.370)	(5.994)	(1.431)	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(b)	(1.606)	(6.380)	(2.565)	(1.306)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(b)	(349)	(1.653)	(593)	(476)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	(1)	(34)	(17)	(4)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	(6)	(59)	(27)	(7)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	(1)	(48)	(9)	(4)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	(193)	(980)	(309)	(214)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	(1)	(37)	(14)	(4)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	(1)	(40)	(5)	(4)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(g)	-	-	-	(4)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	(2)	(65)	(41)	(10)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(h)	(22.899)	(28.178)	(58.045)	(74.648)
Total		(45.422)	(105.610)	(80.864)	(95.910)

- (a) Os valores são provenientes das vendas de bens materiais;
- (b) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;
- (c) Os valores são provenientes de compra de bens materiais;
- (d) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de serviços de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;
- (e) O valor é referente a contratação de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, com duração de 60 meses;
- (f) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (g) Em 05 de dezembro de 2024 foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A, a informação dos valores foi mantida exclusivamente para fins de análise comparativa; e
- (h) Em 19 de julho de 2023, foi assinado o 1º Aditivo ao Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Companhia (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido.

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 10.270 conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2025 (R\$ 5.350 conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 26 de abril de 2024).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui para suas pessoas-chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 28 – Benefícios pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de previdência privada com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 22.3 - Planos de opção de compras de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente aos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024:

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Remuneração fixa anual	481	1.830	376	1.026
Salário ou Pró-labore	449	1.746	364	992
Benefícios diretos e indiretos	32	84	12	34
Remuneração variável	-	1.799	-	983
Remuneração baseada em ações	269	743	360	1.209
Benefícios pós emprego	11	30	5	15
Valor total da remuneração	761	4.402	741	3.233

9.2 Garantias

A Equatorial S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora, com ônus (*) nos contratos de empréstimos, financiamento e debêntures e, sem ônus, nas apólices de seguros, conforme abaixo listadas:

Garantias	Valor contratado	% garantido	Início	Término	Valor liberado	30/09/2025 (a)
3ª Emissão Debêntures Série Única	1.000.000	100	08/05/2023	15/04/2031	1.000.000	1.109.950
4ª Emissão Debêntures 2ª Série	480.000	100	27/10/2023	15/10/2031	480.000	539.088
4ª Emissão Debêntures 3ª Série	720.000	100	27/10/2023	15/10/2035	720.000	809.464
4ª Emissão Debêntures 1ª Série	1.852.910	100	07/11/2023	15/10/2029	1.852.910	1.954.970
5ª Emissão Debêntures Série Única	2.005.522	100	03/04/2024	20/03/2030	2.005.522	2.007.395
6ª Emissão Debêntures 1ª Série	950.000	100	13/06/2024	15/05/2036	950.000	936.712
Bank of America	383.600	100	22/07/2024	22/07/2027	383.600	378.540
7ª Emissão Debêntures Série Única	1.000.000	100	09/08/2024	05/08/2030	1.000.000	1.020.623
8ª Emissão Debêntures 1ª Série	1.392.150	100	08/10/2024	15/09/2030	1.392.150	1.401.224
8ª Emissão Debêntures 2ª Série	800.000	100	08/10/2024	15/09/2036	800.000	757.919
9ª Emissão Debêntures Série Única	1.000.000	100	29/11/2024	25/11/2031	1.000.000	1.050.245
Santander	180.000	100	29/11/2024	29/11/2027	180.000	189.388
BNDES	1.490.000	100	29/04/2025	15/08/2043	910.000	896.491
Scotiabank	188.825	100	18/08/2025	18/08/2028	188.825	187.333
10ª Emissão Debêntures 1ª Série	750.000	100	09/09/2025	15/08/2037	750.000	699.606
10ª Emissão Debêntures 2ª Série	750.000	100	09/09/2025	15/08/2037	750.000	752.233
Apólice Seguros	2.453.625	100	22/01/2020	18/11/2030	N/A	N/A
Total garantias	17.396.632				14.363.007	14.691.181
Fianças						
Itaú	47.410	100	30/01/2018	Indeterminado	N/A	N/A
Santander	2.900	100	26/07/2017	Indeterminado	N/A	N/A
Total fianças	50.310					

(a) Os valores atualizados de empréstimos, financiamentos e debêntures, estão líquidos de custo de captação.

(*) Vide item (g), nota explicativa nº 9 – Partes relacionadas.

10 Outros créditos a receber

10.1 Composição dos saldos

	30/09/2025	31/12/2024
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	5.830	15.580
Subvenção descontos tarifários (b)	159.014	133.623
Uso mútuo de poste	57.782	61.581
Incentivo à redução de consumo	4.838	4.838
Despesas pagas antecipadamente	1.434	695
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	113.131	35.691
Partes relacionadas	16.876	21.705
Neutralidade PIS/COFINS (d)	74.407	6.411
Outros créditos a receber	32.036	54.133
(-) PECLD (e)	(11.930)	(18.529)
Total circulante	453.418	315.728
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (c)	439.546	442.196
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	228.655	304.164
Outros créditos a receber	2.219	2.644
Total não circulante	670.420	749.004
Totais outros créditos a receber	1.123.838	1.064.732

- (a) Refere-se ao registro de adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais e serviços não destinados a Ordens de Imobilização - ODI;
- (b) Valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13º, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução nº 2.420, de 27 de novembro de 2018;
- (c) Os montantes de Créditos especiais FUNAC são subdivididos entre "Créditos especiais – FUNAC – Em Decisão Judicial" e "Créditos especiais – FUNAC – Aguardando Ressarcimento". Na rubrica de "Créditos especiais – FUNAC – Em Decisão Judicial" estão incluídos os montantes relacionados a processos que ainda estão ativos no judiciário, uma vez que os pagamentos oriundos de tais processos ainda não foram realizados. Assim que ocorrer o encerramento judicial dos processos (trânsito em julgado) serão adotados todos os procedimentos legais para que os valores pagos sejam ressarcidos à Companhia, seja através de ressarcimento via recebimento em caixa ou apropriação de crédito outorgado de ICMS e são transferidos para a rubrica de "Créditos especiais – Aguardando Ressarcimento";
- (d) Referem-se aos valores neutralizados, decorrentes das diferenças entre os valores de PIS e COFINS apurados contabilmente e os valores faturados, ajustados de forma a eliminar o efeito desses tributos sobre o resultado do período. Tais diferenças decorrem, principalmente, de ajustes tarifários, revisões regulatórias, variações na base de cálculo e faturamentos de períodos anteriores. A neutralização visa assegurar que o PIS e a COFINS sejam reconhecidos apenas como tributos incidentes sobre a receita, sem impacto no desempenho econômico da Companhia; e
- (e) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, no qual R\$ 8.781 são decorrentes de uso mútuo de poste e R\$ 3.149 referente a outras contas a receber.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



10.2 Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC

	31/12/2024	30/09/2025					Saldo final
	Saldo inicial	Adições/ Reversões (b.1)	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável (b.2)	Baixa por recebimento	PECLD (b.3)	
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	1.005.390	152.026	(195.969)	-	-	-	961.447
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (b.2)	(563.194)	-	-	41.293	-	-	(521.901)
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	442.196	152.026	(195.969)	41.293	-	-	439.546
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	1.070.180	-	195.969	-	(11.168)	-	1.254.981
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (b.2)	(513.369)	-	-	(72.668)	-	-	(586.037)
(-) PECLD - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (b.3)	(216.956)	-	-	-	-	(110.202)	(327.158)
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	339.855	-	195.969	(72.668)	(11.168)	(110.202)	341.786
Total	782.051	152.026	-	(31.375)	(11.168)	(110.202)	781.332

(b.1) O montante de R\$ 152.026, refere-se à movimentação líquida, que resultou em uma adição no montante de R\$ 83.327 e às atualizações, no montante de R\$ 68.699, em contrapartida ao passivo, conforme nota explicativa nº 19.2 - Movimentação dos riscos judiciais;

(b.2) A Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC, no montante total de R\$ 1.107.938 em 30 de setembro de 2025 (R\$ 1.076.563 em 31 de dezembro de 2024), com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juizes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº 17.555/12 e 19.473/16, ou seja, os processos compreendidos entre abril de 2012 e janeiro de 2015 possuem 100% de provisão ao valor recuperável. O impacto líquido da referida provisão com atualização, no período findo em 30 de setembro de 2025, foi de R\$ 31.375, sendo R\$ 39.744 com impacto no resultado operacional (R\$ 64.132 em 30 de setembro de 2024) e reversão de R\$ 8.369 no resultado financeiro (R\$ 13.267 em 30 de setembro de 2024), conforme notas explicativas nº 24 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 27 - Resultado financeiro; e

(b.3) Sobre o saldo de “Créditos Especiais – Aguardando ressarcimento” é calculada a perda estimada, considerando a expectativa de recebimento da Administração. Para 30 de setembro de 2025, foi calculada uma provisão de R\$ 110.202 (R\$ 30.185 em 30 de setembro de 2024), sendo R\$ 70.002 com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 24 – Custos do serviço e despesas operacionais e R\$ 40.200 com impacto no resultado financeiro, conforme nota explicativa nº 27 – Resultado financeiro. Para a estimativa, são observados tanto o volume de recebimentos quanto requerimentos nos últimos cinco exercícios sociais.

11 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2024	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência Ativos de contrato (b)	Baixas	30/09/2025
Ativo financeiro	1.979.530	79.861	274.213	(993)	2.332.611
Obrigações especiais (c)	(54.329)	(2.879)	(12.593)	-	(69.801)
Total ativo financeiro da concessão	1.925.201	76.982	261.620	(993)	2.262.810

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

12 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	30/09/2025			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,30%	19.168.989	(6.938.796)	(1.137.980)	11.092.213
Total		19.168.989	(6.938.796)	(1.137.980)	11.092.213

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/12/2024			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,45%	18.339.997	(6.471.347)	(1.156.946)	10.711.704
Total		18.339.997	(6.471.347)	(1.156.946)	10.711.704

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até 2045, conforme ICPC 01(R1) – Contratos de concessão.

12.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2024	Adições	Baixas (b)	Transferência ativos de contrato (c)	30/09/2025
Em serviço	18.339.997	-	(127.911)	956.903	19.168.989
(-) Amortização	(6.471.347)	(577.293)	109.844	-	(6.938.796)
Total em serviço	11.868.650	(577.293)	(18.067)	956.903	12.230.193
Obrigações especiais em serviço (a)	(1.478.136)	-	-	(42.497)	(1.520.633)
(-) Amortização	321.190	61.463	-	-	382.653
Total em obrigações especiais	(1.156.946)	61.463	-	(42.497)	(1.137.980)
Total	10.711.704	(515.830)	(18.067)	914.406	11.092.213

- (a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (b) Referem-se às baixas de medidores, transformadores e religadores de distribuição que correspondiam a direitos de recebimento via faturamento através de sua amortização. Estes foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas; e
- (c) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço.

12.2 Avaliação de *impairment*

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e considera, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados, quando efetuam revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Como resultado dessa análise a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável. A revisão é realizada anualmente, na mesma data-base.

A Companhia vem acompanhando indicativos de perda por redução ao valor recuperável desde a última análise no exercício anterior, e para o período findo em 30 de setembro de 2025, não foram identificadas situações que exigissem novas análises.

13 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2024	Adições (c)	Transferências (b)		30/09/2025
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	1.820.304	1.944.920	(956.903)	(274.213)	2.534.108
Obrigações especiais (a)	(72.927)	(56.112)	42.497	12.593	(73.949)
Total ativos de contrato	1.747.377	1.888.808	(914.406)	(261.620)	2.460.159

- (a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e
- (c) O montante de R\$ 1.888.808 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no período. Deste total, R\$ 1.702.199 impactou o caixa da Companhia, R\$ (46.496) refere-se a provisão para perda de estoques, conforme nota explicativa nº 26 – Outras despesas operacionais, líquidas e, conforme nota explicativa nº 30.1 – Transações que não afetam caixa, R\$ 65.700 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 108.959 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 58.446 trata-se de capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20(R1) - Custos de empréstimos.

14 Fornecedores

	30/09/2025	31/12/2024
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	537.399	407.641
Encargos de uso da rede elétrica	128.105	120.391
Materiais e serviços (b)	450.483	659.709
Parcelamento Itaipu (c)	87.018	116.024
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	14.835	16.127
Total circulante	1.217.840	1.319.892
Não circulante		
Parcelamento Itaipu (c)	-	58.012
Total não circulante	-	58.012
Total fornecedores	1.217.840	1.377.904

- (a) O saldo em 30 de setembro de 2025 apresentou um aumento de R\$ 129.758 em relação a 31 de dezembro de 2024, em função das seguintes variações: (i) aumento de R\$ 78.502 nas despesas do Mercado de Curto Prazo; e (ii) R\$ 51.256 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia;
- (b) O saldo refere-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, referentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia. A variação deve-se à redução das operações de manutenção e de execução de obras ao longo do período; e
- (c) O valor registrado em 30 de setembro de 2025, é referente a 9 parcelas restantes do Termo de confissão e repactuação da dívida do repasse de energia de Itaipu - ECF 3286/2016, celebrado entre a Companhia e a Eletrobras, assinado em 17 de junho de 2016 e referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao dólar R\$ 2,69 do Contrato ECF 3002/2012, totalizando R\$ 901.949. A dívida foi celebrada em Reais e vem sendo corrigida pela taxa SELIC calculada *pro rata die* sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O Termo foi parcelado em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes o principal mais juros remuneratórios.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio 96 dias (88 dias em 31 de dezembro de 2024).

14.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 30 de setembro de 2025, o saldo de fornecedores - risco sacado é de R\$ 94.473 (R\$ 49.273 em 31 de dezembro de 2024), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 523.935 durante o período findo em 30 de setembro de 2025 (R\$ 396.136 em 30 de setembro de 2024). Em 30 de setembro de 2025, o prazo médio de pagamento destes títulos é de 50 dias (48 dias em 31 de dezembro de 2024).

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	30/09/2025		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)					
<i>Bank of America (a)</i>	CDI + 1,20%	Aval/Fiança	4.425	374.115	378.540
<i>Scotiabank (a)</i>	CDI + 1,00%	Aval/Fiança	1.032	186.301	187.333
Total moeda estrangeira			5.457	560.416	565.873
Moeda nacional					
CELG Participações S.A.	6,80% a.a.	Recebíveis	13.333	15.357	28.690
BNDES (b)	CDI + 0,29% a 036%	Aval/Fiança + conta Reserva + Recebíveis	53.209	850.567	903.776
Santander	CDI + 1,10%	Aval/Fiança	9.388	180.000	189.388
Subtotal			75.930	1.045.924	1.121.854
(-) Custo de captação			(410)	(6.874)	(7.284)
Total moeda nacional			75.520	1.039.050	1.114.570
Total empréstimos e financiamentos			80.977	1.599.466	1.680.443

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	31/12/2024		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)					
<i>Bank of America (a)</i>	CDI + 1,20%	Aval/Fiança	11.813	431.592	443.405
Total moeda estrangeira			11.813	431.592	443.405
Moeda nacional					
CELG Participações S.A.	6,80% a.a.	Recebíveis	12.737	25.366	38.103
Santander	CDI + 1,10%	Aval/Fiança	1.828	180.000	181.828
Total moeda nacional			14.565	205.366	219.931
Total empréstimos e financiamentos			26.378	636.958	663.336

- (a) Considera-se no custo da dívida do *Bank of America e Scotiabank*, o custo da ponta passiva do *swap*. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 29.4 – Instrumentos financeiros derivativos; e
- (b) O custo da dívida do BNDES indicado em CDI+, considera a taxa efetiva da ponta passiva do *swap*. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 29.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.565	205.366	11.813	431.592	663.336
Ingressos	-	910.000	-	188.825	1.098.825
Encargos	35.849	-	18.714	-	54.563
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (a)	11	534	-	(60.001)	(59.456)
Transferências	69.400	(69.400)	-	-	-
Amortizações de principal	(21.256)	-	-	-	(21.256)
Pagamentos de juros	(25.386)	-	(25.070)	-	(50.456)
Custo de captação	166	(7.450)	-	-	(7.284)
Ajuste a valor presente (b)	2.171	-	-	-	2.171
Saldos em 30 de setembro de 2025	75.520	1.039.050	5.457	560.416	1.680.443

- (a) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo; e
- (b) Ajuste a valor presente sobre o saldo do empréstimo com a CELG Participações S.A., antiga parte relacionada da Companhia, realizado à época a título de mútuos cujo custo da dívida é de 6,80% a.a.

15.3 Ingressos

Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
BNDES	300.000	abr-25	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 7,71%	CDI + 0,36%
Scotiabank	188.825	ago-25	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + 4,6370%	CDI + 1,00%
BNDES	610.000	ago-25	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 7,71%	CDI + 0,29%
Total	1.098.825						

15.4 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de setembro de 2025, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/09/2025	
	Valor	%
Circulante	80.977	5%
2026	16.017	1%
2027	616.305	37%
2028	236.581	14%
2029	50.280	3%
De 2030 até 2043	687.157	41%
Subtotal	1.606.340	96%
(-) Custo de captação	(6.874)	(1%)
Não circulante	1.599.466	95%
Total	1.680.443	100%

15.5 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

<i>Covenants</i> Empréstimos	Bank of América	Santander	Scotiabank
Dívida Líquida/EBITDA: <=4,5	3,3	3,3	3,3

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, assegurado por auditoria independente e entregue até 31 de maio do ano subsequente. O *covenant* estabelecido nos contratos consiste na relação Dívida Líquida/EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados contratualmente.

16 Debêntures

16.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	237.272	11.242.780	11.480.052
Ingressos	-	1.500.000	1.500.000
Encargos	1.022.057	-	1.022.057
Transferências	(18.015)	18.015	-
Pagamento de juros	(939.620)	-	(939.620)
Variação monetária e marcação a valor justo (a)	-	17.983	17.983
Custo de captação (b)	15.480	(56.523)	(41.043)
Saldos em 30 de setembro de 2025	317.174	12.722.255	13.039.429

- (a) Além das variações monetárias, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo; e
- (b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

16.2 Ingressos

Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
10ª Emissão, 1ª Série	750.000	set-25	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 7,3239%	CDI - 0,07%
10ª Emissão, 2ª Série	750.000	set-25	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 7,3239%	CDI - 0,063%
Total	1.500.000						

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



16.3 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimen to	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
3ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	1.000.000	IPCA + 7,1% a.a.	mai/23	abr/31	30.351	1.079.599	1.109.950
4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	2ª	480.000	IPCA + 6,4407% a.a.	out/23	out/31	15.269	523.819	539.088
4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	3ª	720.000	IPCA + 6,6789% a.a.	out/23	out/35	23.735	785.729	809.464
4ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	1ª	1.852.910	CDI + 1,65% a.a.	nov/23	out/29	127.711	1.827.259	1.954.970
5ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	2.005.522	CDI + 1,05% a.a.	abr/24	mar/30	5.972	2.001.423	2.007.395
6ª (a) (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	1ª	950.000	CDI + 0,30% a.a.	jun/24	mai/36	21.564	915.148	936.712
7ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	1.000.000	CDI + 1,00% a.a.	ago/24	ago/30	23.239	997.384	1.020.623
8ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	1ª	1.392.150	CDI + 1,00% a.a.	out/24	set/30	9.074	1.392.150	1.401.224
8ª (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	2ª	800.000	CDI + 0,27% a.a.	out/24	set/36	436	757.483	757.919
9ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	1.000.000	CDI + 0,92% a.a.	nov/24	nov/31	53.503	996.742	1.050.245
10ª (b)	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	1ª	750.000	CDI - 0,07% a.a.	set/25	ago/37	3.160	696.446	699.606
10ª (b)	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	2ª	750.000	CDI - 0,063% a.a.	set/25	ago/37	3.160	749.073	752.233
Total								317.174	12.722.255	13.039.429

- (1) Emissão pública de debêntures simples
(3) Não conversíveis em ações
(4) Espécie quirografária
(5) Debêntures incentivadas
(6) Garantia adicional fidejussória

- (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura; e
(b) Considera-se o custo da ponta passiva do *swap*.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 e posteriormente pelo Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados ou protocolados junto ao MME – Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim.

16.4 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de setembro de 2025, as parcelas relativas às debêntures apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/09/2025	
	Valor	%
Circulante	317.174	2%
2027	617.637	5%
2028	2.083.526	16%
2029	2.625.666	21%
De 2030 até 2037	7.555.279	57%
Subtotal	12.882.108	99%
(-) Custo de captação (não circulante)	(159.853)	(1%)
Não circulante	12.722.255	98%
Total	13.039.429	100%

16.5 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantia fidejussória e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Covenants debêntures	3ª debêntures	4ª debêntures	5ª debêntures	6ª debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

17 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2025	31/12/2024
Circulante		
ICMS	149.673	87.851
PIS e COFINS (a)	55.795	38.995
PIS e COFINS parcelamento (b)	18.746	17.198
ISS	9.077	10.899
Outros	8.473	6.443
Subtotal	241.764	161.386
Não circulante		
PIS e COFINS parcelamento (b)	28.610	38.695
Subtotal	28.610	38.695
Total	270.374	200.081

- (a) A variação refere-se principalmente ao volume de crédito de PIS e COFINS decorrente dos custos de energia elétrica para revenda; e
- (b) A Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Este programa oferece condições especiais para regularização de pendências tributárias, permitindo à Companhia quitar seus débitos de forma parcelada e com benefícios fiscais.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

18.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/09/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal	1.301.185	1.317.412
Base negativa CSLL	446.974	452.778
Subtotal	1.748.159	1.770.190
Ativos de:		
Diferenças temporárias		
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	115.516	84.665
Provisão para riscos judiciais	244.025	238.308
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	376.699	366.031
Swap	73.770	97.997
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	2.602	7.268
Ajuste a valor presente AVP	5.385	3.821
Reavaliação bens da concessão	2.084	-
Arrendamento mercantil CPC 06 (R2)	7.024	6.991
Provisão atuariais	19.034	19.034
Outras despesas não dedutíveis	72.992	56.045
Total	2.667.290	2.650.350
Passivos de:		
Diferenças temporárias		
Valor novo de reposição – VNR	(96.706)	(70.533)
Reavaliação bens da concessão	-	(1.869)
Marcação a valor justo	(1.545)	-
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(316.583)	(328.406)
Total	(414.834)	(400.808)
Total tributo diferido ativo registrado	2.252.456	2.249.542

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



18.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2024	30/09/2025				
		Resultado do período	Resultados abrangentes	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	1.317.412	(16.227)	-	1.301.185	1.301.185	-
Base negativa CSLL	452.778	(5.804)	-	446.974	446.974	-
PECLD	84.665	30.851	-	115.516	115.516	-
Provisão para riscos judiciais	238.308	5.717	-	244.025	244.025	-
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	366.031	10.668	-	376.699	376.699	-
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	7.268	(4.666)	-	2.602	2.602	-
Arrendamentos - CPC 06	6.991	33	-	7.024	7.024	-
Provisões atuariais	19.034	-	-	19.034	19.034	-
Valor novo de reposição - VNR	(70.533)	(26.173)	-	(96.706)	-	(96.706)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(328.406)	11.823	-	(316.583)	-	(316.583)
Ajuste a valor presente AVP	3.821	1.564	-	5.385	5.385	-
Outras despesas não dedutíveis temporariamente	56.045	16.947	-	72.992	72.992	-
Reavaliação bens da concessão	(1.869)	3.953	-	2.084	2.084	-
Swap	97.997	80.705	(104.932)	73.770	73.770	-
Marcação a valor justo	-	(1.545)	-	(1.545)	-	(1.545)
Total	2.249.542	107.846	(104.932)	2.252.456	2.667.290	(414.834)

18.3 Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 2.667.290 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa CSLL e ajustes temporários. Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	234.565	154.063	314.710	781.456	1.182.496	2.667.290

18.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	01/07/2025 a 30/09/2025		01/01/2025 a 30/09/2025		01/07/2024 a 30/09/2024		01/01/2024 a 30/09/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(19.919)	(19.919)	(46.775)	(46.775)	99.899	99.899	(58.654)	(58.654)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	4.980	1.793	11.694	4.210	(24.975)	(8.991)	14.663	5.279
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro								
Outras adições (reversões) permanentes	(1.087)	(322)	(1.417)	(344)	8.161	3.018	9.240	3.407
Amortização mais valia	(3.883)	(1.398)	(11.649)	(4.194)	-	-	-	-
Atualização de indébito tributário	13.953	5.023	34.069	12.265	-	-	-	-
Incentivo PAT	200	-	909	-	-	-	-	-
Mais Valia (PPA)	2.898	1.044	8.693	3.130	(5.497)	(2.087)	(41.787)	(15.043)
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	17.061	6.140	42.299	15.067	(22.311)	(8.060)	(17.884)	(6.357)
Alíquota efetiva	86%	31%	90%	32%	22%	8%	(30%)	(11%)
IRPJ e CSLL correntes	(8.136)	(2.915)	(36.937)	(13.543)	(24.282)	(8.657)	(66.069)	(23.700)
IRPJ e CSLL diferidos	25.197	9.055	79.236	28.610	1.971	597	48.185	17.343

19 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/09/2025		31/12/2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	371.977	33.942	349.940	29.238
Fiscais	446	49.563	-	47.378
Trabalhistas	1.304.655	95.928	1.353.478	94.092
Regulatório	688	-	4.976	-
Total	1.677.766	179.433	1.708.394	170.708
Total Circulante	334.444	-	-	-
Total não circulante	1.343.322	179.433	1.708.394	170.708

Do total de provisões no valor de R\$ 1.677.766 (R\$ 1.708.394 em 31 de dezembro de 2024), o montante de R\$ 961.447 (R\$ 1.005.387 em 31 de dezembro de 2024) é referente a processos com vinculação ao FUNAC, passíveis de ressarcimento, conforme explicado no tópico abaixo, sendo R\$ 288.341 de processos cíveis (R\$ 273.117 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 672.816 de processos trabalhistas (R\$ 728.172 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 290 de processos fiscais (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 0 de processos regulatórios (R\$ 4.098 em 31 de dezembro de 2024). As ações classificadas como risco provável e passíveis de mensuração são reconhecidas em contrapartida no resultado. Em ato contínuo, considerando a criação do FUNAC, caso a contingência seja decorrente de fato gerador anterior à data de aquisição do controle acionário da Companhia pela Eletrobras, considerando que o desembolso será ressarcido pelo Fundo, é reconhecido o mesmo valor como créditos especiais. Para mais detalhes, verificar nota explicativa nº 10 – Outros créditos a receber.

19.1 Fundo de Aporte à CELG-D (Equatorial Goiás) – FUNAC

Em 20 de janeiro de 2012, foi editada a Lei Estadual nº 17.555 com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão entre as partes Eletrobras e Estado de Goiás, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC entre Equatorial Goiás e Estado (por intermédio da Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Economia) e regulamentação definida pelo decreto estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. Os recursos do referido fundo dependiam de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela Equatorial Goiás a serem repassadas ao Fundo.

Conforme disposto do contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, assinado entre Equatorial Goiás, Eletrobras e CELGPAR em 14 de fevereiro de 2017, o Estado de Goiás se comprometeu a indenizar os compradores da Equatorial Goiás por quaisquer danos e prejuízos que possam ocorrer em decorrência de, entre outros motivos, "alteração, revogação ou edição de lei estadual ou decisão administrativa ou judicial referente a qualquer condição ou validade do FUNAC". Desde então a Equatorial Goiás mantém controlado separadamente os ativos creditórios vinculados às contingências de natureza provável com fatos geradores anteriores a data de mudança do controle, conforme disposto no contrato de compra e venda desta. Em 06 de fevereiro de 2019, foi publicada a Lei nº 20.416, alterando a Lei 17.555/12, que instituiu o Fundo de Aporte à CELG-D (Equatorial Goiás) e a Lei nº 19.473/16 (que instituiu a política estadual energética para manutenção, melhoria e ampliação da rede de distribuição de energia em Goiás) em que o Governo do Estado de Goiás suspendeu parte do ressarcimento à Equatorial Goiás, ao retroagir o período de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012.

Em 25 de abril de 2019, foi publicada a Lei nº 20.468, revogando a Lei Estadual nº 19.473, de 03 de novembro de 2016, que concedia o direito da Equatorial Goiás em apropriar crédito outorgado de ICMS para compensação das contingências administrativas e judiciais cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015. Como as alterações induzidas pelas referidas leis acima violam o edital de privatização e o contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, a Administração desta Companhia ingressou imediatamente com medidas judiciais para invalidar os efeitos das leis anteriores em razão da inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, que eliminam direitos adquiridos por meio de outras leis e de um contrato de compra e venda que o próprio Estado de Goiás assinou garantindo, em qualquer caso, o direito ao reembolso das obrigações que tivessem que ser pagas pelos novos controladores e cujos fatos geradores sejam anteriores a 27 de janeiro de 2015.

Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar em favor da Equatorial Goiás nos autos do MS nº 5098329.72.2019.8.09.0000, desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, determinando, assim, o respeito ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças da Equatorial Goiás e garantindo o direito de serem ressarcidas dos passivos resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente. Entretanto, no dia 16 de setembro de 2019, a decisão foi reformada através do julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria do Estado com atribuição de efeitos infringentes, indeferindo o pedido liminar da Equatorial Goiás e mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. Dessa forma, a Equatorial Goiás apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No dia 1º de outubro de 2019, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, a qual voltou a vigorar. Contra a decisão que revogou a liminar, a Equatorial Goiás interpôs recurso.

Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 20.416/19, que alterou a Lei nº 17.555/12 (FUNAC), e da Lei nº 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS).

Em 03 de junho de 2021, o Supremo Tribunal Federal não admitiu a ação de inconstitucionalidade apresentada pela ABRADÉE, por entender que não caberia ação de inconstitucionalidade para discutir leis que alcançariam apenas uma empresa, uma vez que esse tipo de ação é destinado a um controle abstrato da constitucionalidade das leis e não para situações concretas e específicas. Todavia, não houve nenhuma manifestação sobre o mérito das leis, apenas aspectos processuais. No dia 24 de junho de 2021, a ABRADÉE apresentou recurso, o qual foi julgado em 22 de setembro de 2021 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que manteve a decisão anterior proferida.

Em sessão de julgamento do recurso interposto pela Equatorial Goiás, realizada no dia 16/05/2023 (acórdão publicado no dia 18/05/2023), o Tribunal de Justiça concedeu, à unanimidade, a segurança postulada para assegurar à Equatorial Goiás o direito de ter seus pedidos de ressarcimento examinados e decididos exclusivamente de acordo com as disposições das Leis estaduais n.º 17.555/12 e 19.473/16. Contra tal decisão o Estado de Goiás apresentou recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados pelo TJGO no dia 25/07/2023. Posteriormente, o Estado de Goiás apresentou reclamação constitucional contra a decisão da 2ª Câmara do TJGO que concedeu a segurança no MS. Em 18/12/2023, o órgão especial do Tribunal julgou procedente a reclamação do Estado de Goiás para anular o acórdão que concedera a segurança pleiteada pela Equatorial Goiás. Em 07/02/24, foi proferido despacho determinando à Secretaria do Órgão Especial que certifique nos autos acerca do trânsito em julgado da decisão do Despacho para certificação do trânsito em julgado da reclamação e posterior remessa à Câmara para seguimento no processamento do mandado de segurança. O Mandado de Segurança retornou para instância de origem para processamento e julgamento, contudo, foi sobrestado para julgamento da arguição de inconstitucionalidade n.º. 5019226-18.2023.8.09.0051.

O instrumento processual que deu origem à arguição de inconstitucionalidade foi a Ação Declaratória de Nulidade de Ato Jurídico (n.º 5019226-18.2023.8.09.0051), proposta pela CELG Distribuição em 13/01/2023. Na ação, a empresa pleiteou a nulidade do ato que indeferiu seu pedido de ressarcimento com fundamento não previsto em lei. A sentença de primeira instância reconheceu a procedência do pedido, determinando que a análise dos requerimentos de ressarcimento da distribuidora fosse realizada conforme as disposições das Leis Estaduais n.º 17.555/12 e 19.473/16. Diante da interposição de apelação pelo Estado de Goiás, o Desembargador Relator determinou a instauração do incidente de inconstitucionalidade, submetendo a questão ao Órgão Especial do Tribunal. Instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral de Justiça opinou pela declaração de inconstitucionalidade parcial das referidas leis. O processo seguiu para julgamento do incidente pelo plenário do Tribunal de Justiça de Goiás, contudo, por ter sido suspenso, foi retirado de pauta.

A Administração da Equatorial Goiás concluiu, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança na contratação com a Administração Pública, da supremacia do interesse público e do pacta sunt servanda, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



O direito da Equatorial Goiás sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o crédito outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula nº 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADDEE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Adicionalmente, a Administração da Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da mesma, garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

19.2 Movimentação dos riscos no período

	31/12/2024		30/09/2025			Saldo final
	Saldo inicial	Adições (a)	Utilização (1)	Reversão de provisão (2) (a)	Atualização (3) (b)	
Cíveis	349.940	137.547	(144.772)	(29.189)	58.451	371.977
Fiscais	-	570	(379)	(59)	314	446
Trabalhistas	1.353.478	101.112	(136.270)	(74.869)	61.204	1.304.655
Regulatórios	4.976	-	-	(2.336)	(1.952)	688
Total contingências (a)	1.708.394	239.229	(281.421)	(106.453)	118.017	1.677.766

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
- (2) Reversões realizadas no período; e
- (3) Engloba as atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic e as reversões das referidas atualizações quando aplicável.
- (a) Do total líquido de adição e reversão de R\$ 132.776, R\$ 49.449 teve impacto no resultado (nota explicativa nº 24 - Custo do serviço e despesas operacionais), e R\$ 83.327 foram constituições do Ativo do FUNAC na rubrica de Créditos Especiais (nota explicativa nº 10 - Outros créditos a receber); e
- (b) Referente ao montante de atualização dos processos judiciais, sendo que R\$ 49.318 teve impacto no resultado (nota explicativa nº 27 - Resultado financeiro) e R\$ 68.699 foram atualizações do Ativo do FUNAC em Créditos Especiais (nota explicativa nº 10 - Outros créditos a receber).

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No período findo em 30 de setembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	30/09/2025	31/12/2024
Cíveis	2.756.768	2.685.812
Trabalhistas	1.221.557	909.226
Fiscal	654	-
Regulatórias	-	11
Total	3.978.979	3.595.049

20 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em março de 2021. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

A partir de 2018, a Companhia constituiu saldo ativo, referente a PIS/COFINS a recuperar, e passivo, relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo da Companhia contempla créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação e o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a Nota Técnica nº 9/2021–FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo, sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante.

Em 28 de junho de 2022, foi sancionada a Lei nº 14.385/2022, que modificou a Lei nº 9.427/1996 para regulamentar a devolução aos consumidores de valores de tributos pagos a maior pelas distribuidoras de energia elétrica, especialmente aqueles relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. No entanto, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) questionou a constitucionalidade da norma por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.324.

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento de mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.324 e ratificou a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. Porém, o acórdão, que detalha termos legais do julgamento e define os efeitos práticos da decisão ainda não foi publicado.

Nesse sentido, a Administração da Companhia monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas.

No período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia registrou atualização da taxa SELIC, constituindo complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 105.083. Houve compensação de R\$ 424.215 do saldo de ativo com débitos tributários federais de PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP. Além disso, realizou amortização do passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores no montante de R\$ 186.667 via amortização da CVA.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



	30/09/2025	31/12/2024
Ativo		
Circulante – nota explicativa nº 8	602.118	602.118
Não circulante – nota explicativa nº 8	1.172.948	1.474.312
PIS e COFINS a recuperar	1.775.066	2.076.430
Passivo		
Circulante	17.944	204.611
Não circulante	1.651.918	1.537.807
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.669.862	1.742.418

20.1 Expectativa de realização do PIS/COFINS a recuperar

	30/09/2025	
	Valor	%
Circulante	602.118	34%
2026	150.529	8%
2027	602.118	34%
2028	420.301	24%
Não circulante	1.172.948	66%
Total	1.775.066	100%

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia realizou atualização financeira, referente à taxa SELIC, no montante de R\$ 17.768, sobre a qual houve incidência de PIS/COFINS, no montante de R\$ 826, conforme demonstrado a seguir:

Resultado	30/09/2025
(+) Receita financeira	
PIS/COFINS consumidores a restituir	17.768
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(826)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	16.942

21 Outras contas a pagar

	30/09/2025	31/12/2024
Circulante		
Devoluções a consumidores (obras vinculadas a concessão) (a)	29.208	42.079
Devoluções a consumidores (b)	4.686	59.902
Convênios de arrecadação	4.478	4.530
Créditos de geração distribuída (c)	364.481	190.844
Partes relacionadas (d)	45.422	80.864
Outras contas a pagar (e)	248.320	209.173
Total circulante	696.595	587.392
Devoluções a consumidores (obras vinculadas a concessão) (a)	32.562	32.562
Autos de infração	37.326	33.824
Outras contas a pagar	6.417	6.682
Total não circulante	76.305	73.068
Totais outras contas a pagar	772.900	660.460

- Valores referentes às obras de autoconstrução, seguindo os preceitos da Resolução nº 1.000/2021 da ANEEL, art. nº 104 a 110, incluídas na base de remuneração da Companhia, registradas para ressarcimento ao cliente, através de transferência bancária ou desconto em fatura, com anuência do interessado;
- Recebimento do bônus Itaipu o qual está sendo repassado aos consumidores;
- Corresponde ao excedente de créditos de energia das modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei n.º 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD). Para maiores detalhes, ver nota explicativa 25 - Energia elétrica comprada para revenda;
- Valor referente ao primeiro aditivo ao Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 9 – Partes relacionadas; e
- Refere-se, principalmente, ao saldo de valores recebidos de serviços de terceiros prestados na rede com ordens em andamento.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado no período findo em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 5.664.952 (R\$ 5.664.952 em 31 de dezembro de 2024), e o capital autorizado é de R\$ 7.500.000 (R\$ 7.500.000 em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, e sua composição de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	30/09/2025	
	Ações ordinárias	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	282.965.232	99,96
Outros (minoritários)	102.022	0,04
Total	283.067.254	100,00

Dentro do limite do capital autorizado e das ações ordinárias existentes, independentemente de reforma estatutária, o Conselho de Administração, será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia.

22.2 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido. Em 30 de setembro de 2025, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 26.556 (R\$ 34.229 em 31 de dezembro de 2024). A diminuição no saldo ocorreu devido à contabilização de realização de reserva para prejuízos acumulados à título de Reserva de reavaliação líquida de impostos, no montante de R\$ 7.673.

	31/12/2024	Quota de reavaliação	Amortização	30/09/2025
Reserva de reavaliação	50.918	(11.627)	-	39.291
Encargo tributário	(16.689)	-	3.954	(12.735)
Total	34.229	(11.627)	3.954	26.556

22.3 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A., por intermédio do Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável. As características dos planos estão descritas abaixo, e das outorgas anteriores estão descritas na nota explicativa nº 23.4 – Plano de Opção de Compra de Ações, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

22.3.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

a. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio do período de cada lote.

Em opções	Média ponderada do preço de exercício		Média ponderada do preço de exercício	
	Número de ações	Número de ações	Número de ações	Número de ações
Existentes em 1º de janeiro	30/09/2025	30/09/2025	31/12/2024	31/12/2024
Existentes em 1º de janeiro	260.000	-	440.000	-
Encerrados e transferidos ao fim do período	60.000	-	(180.000)	-
Existentes ao fim do período 3ª Outorga	150.000	23,29	37.500	23,63
Existentes ao fim do período 6ª Outorga	70.000	25,73	122.500	26,04
Existentes ao fim do período 7ª Outorga	100.000	30,11	100.000	30,45
Total existentes ao fim do período/exercício	320.000	-	260.000	-

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de setembro de 2025 foi de R\$ 446 (R\$ 2.151 em 30 de setembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data-base. O valor justo médio ponderado das opções em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 11,51 (R\$ 11,98 em 31 de dezembro de 2024)

22.3.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 30 de setembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* forem atingidas:

Em ações	Valor justo médio ponderado		Valor justo médio ponderado	
	Número de ações	Número de ações	Número de ações	Número de ações
Existentes em 1º de janeiro	30/09/2025	30/09/2025	31/12/2024	31/12/2024
Existentes em 1º de janeiro	172.830	31,60	160.539	33,32
Outorgadas durante o período/exercício	238.329	-	12.291	-
Pagamentos durante o período/exercício	(37.500)	-	-	-
Existentes ao fim do período	373.659	38,59	172.830	31,60

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação Monte Carlo para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo em 30 de setembro de 2025, foi reconhecida uma despesa provisão de R\$ 4.631 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 2.992 em 30 de setembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado a cada data-base.

22.3.3 Matching Shares

As ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

b. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

	Número de opções	Valor justo médio ponderado	Número de opções	Valor justo médio ponderado
	30/09/2025	30/09/2025	31/12/2024	31/12/2024
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	-	-	-	-
Outorgadas durante o período/exercício	30.501	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 1º Outorga	30.501	32,22	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	30.501	-	-	-

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de setembro de 2025 foi de R\$ 88 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period*, que é avaliado em cada data base.

22.4 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	30/09/2025		30/09/2024	
	Ações ordinárias	Total	Ações ordinárias	Total
Numerador:				
Lucro (prejuízo) líquido do período	10.591	10.591	(82.895)	(82.895)
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	283.067	283.067	283.067	283.067
Resultado básico e diluído por ação (R\$)	0,03742	0,03742	(0,29285)	(0,29285)

Em 30 de setembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas informações contábeis intermediárias.

23 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Receita de distribuição	2.543.819	7.482.923	2.388.820	7.172.352
Remuneração financeira WACC (a)	46.994	130.689	74.597	113.708
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	554.353	1.232.883	420.032	844.770
Subvenção CDE – Outros	228.695	622.798	136.048	403.020
Fornecimento de energia elétrica	3.373.861	9.469.293	3.019.497	8.533.850
Suprimento de energia elétrica (c)	211.290	316.243	83.311	158.463
Receita pela disponibilidade - uso da rede	303.137	881.133	265.416	757.397
Receita de construção (d)	751.360	1.944.920	638.595	1.470.505
Atualização do ativo financeiro	16.931	76.982	11.144	49.713
Outras receitas	65.960	211.230	90.370	241.735
Receita operacional bruta	4.722.539	12.899.801	4.108.333	11.211.663
Deduções da receita				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(474.345)	(1.409.013)	(449.072)	(1.290.581)
PIS e COFINS	(243.097)	(759.001)	(233.524)	(754.650)
Encargos do consumidor	(30.195)	(83.016)	(26.165)	(72.162)
ISS	(122)	(365)	(113)	(358)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(446.385)	(1.188.183)	(369.585)	(1.108.753)
Penalidades DIC/FIC e outras	(68.925)	(152.174)	(16.396)	(144.754)
Deduções da receita operacional	(1.263.069)	(3.591.752)	(1.094.855)	(3.371.258)
Receita operacional líquida	3.459.470	9.308.049	3.013.478	7.840.405

- (a) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;
- (b) A variação positiva de R\$ 388.113 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos, entretanto, no exercício atual houve uma receita maior, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 918.776 quando comparado com o exercício anterior; (ii) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 525.494; (iii) variação positiva pelo reconhecimento de despesa na tarifa dos recursos recebidos a título de Conta-Covid no montante de R\$ 156.814; (iv) efeito negativo de R\$ 167.584 em CVA da Bandeira Faturada, devido as bandeira tarifárias vermelhas ocorridas em 2025 diferente do ocorrido no exercício anterior; (v) a variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 5.601;
- (c) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o mesmo período do exercício anterior, devido a Companhia ter disponibilizado mais energia para venda no Mercado de Curto Prazo no exercício de 2025. No período anterior de 30 de setembro de 2024 foram 257.443 MWh vendidos e ao passo que no período de 30 de setembro de 2025 foram 697.758 MWh vendidos. Assim, houve um aumento da disponibilidade de suprimento para a venda no mercado de curto prazo; e
- (d) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



24 Custo do serviço e despesas operacionais

	01/07/2025 a 30/09/2025					01/01/2025 a 30/09/2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(38.694)	(6.382)	(27.138)	-	(72.214)	(68.801)	(24.406)	(73.012)	-	(166.219)
Material	(10.942)	(722)	(3.392)	-	(15.056)	(41.287)	(2.544)	(7.981)	-	(51.812)
Serviços de terceiros	(82.149)	(41.454)	(104.270)	-	(227.873)	(302.424)	(131.240)	(254.436)	-	(688.100)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.664.574)	-	-	-	(1.664.574)	(4.326.946)	-	-	-	(4.326.946)
Custo de construção (b)	(751.360)	-	-	-	(751.360)	(1.944.920)	-	-	-	(1.944.920)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(8.340)	(8.340)	-	-	-	(41.380)	(41.380)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC - nota explicativa nº 10	-	-	(26.827)	15.824	(11.003)	-	-	(39.744)	(70.002)	(109.746)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(14.215)	-	(14.215)	-	-	(49.449)	-	(49.449)
Amortização	(145.679)	-	(3.682)	-	(149.361)	(354.434)	-	(162.398)	-	(516.832)
Outros	(2.881)	(2.340)	(5.592)	3.820	(6.993)	(11.033)	(4.889)	(10.238)	5.589	(20.571)
Total	(2.696.279)	(50.898)	(185.116)	11.304	(2.920.989)	(7.049.845)	(163.079)	(597.258)	(105.793)	(7.915.975)

	01/07/2024 a 30/09/2024					01/01/2024 a 30/09/2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(27.058)	(6.618)	(5.499)	-	(39.175)	(93.348)	(24.415)	(19.256)	-	(137.019)
Material	(17.633)	(1.970)	(2.870)	-	(22.473)	(45.216)	(3.398)	(10.057)	-	(58.671)
Serviços de terceiros	(127.324)	(27.101)	(75.883)	-	(230.308)	(419.989)	(30.884)	(270.293)	-	(721.166)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.394.056)	-	-	-	(1.394.056)	(3.655.117)	-	-	-	(3.655.117)
Custo de construção	(638.595)	-	-	-	(638.595)	(1.470.505)	-	-	-	(1.470.505)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(1.615)	(1.615)	-	-	-	19.700	19.700
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	(9.977)	(9.646)	(19.623)	-	-	(64.132)	(30.185)	(94.317)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(19.780)	-	(19.780)	-	-	(44.240)	-	(44.240)
Amortização	(174.729)	-	(20.867)	-	(195.596)	(460.292)	-	(46.422)	-	(506.714)
Outros	(6.039)	430	(1.198)	2.962	(3.845)	(631)	(1.387)	(17.123)	3.371	(15.770)
Total	(2.385.434)	(35.259)	(136.074)	(8.299)	(2.565.066)	(6.145.098)	(60.084)	(471.523)	(7.114)	(6.683.819)

- (a) Para maior detalhamento, vide abertura dos custos da energia comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 25 – Energia elétrica comprada para revenda; e
- (b) Refere-se a apropriação dos custos relacionados as construções de acordo com a regulamentação da ANEEL, através do critério de departamentalização contemplando assim os custos indiretos de mão-de-obra, conforme notas explicativas nº 13 – Ativos de contrato e nº 23 – Receita operacional líquida.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



25 Energia elétrica comprada para revenda

	01/07/2025 a 30/09/2025		01/01/2025 a 30/09/2025		01/07/2024 a 30/09/2024		01/01/2024 a 30/09/2024	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	2.283	(789.251)	6.678	(1.882.836)	2.350	(747.920)	6.866	(1.760.443)
Contratos Eletro nuclear	118	(39.316)	350	(116.902)	119	(25.322)	354	(104.667)
Contratos cotas de garantias	486	(141.029)	1.409	(342.728)	579	(97.316)	1.694	(294.037)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(65.463)	-	(177.765)	-	(102.225)	-	(257.997)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(149.344)	-	(439.106)	-	(80.102)	-	(194.735)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	62	(50.458)	176	(151.376)	65	(39.247)	186	(117.740)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	131.787	-	389.185	-	131.521	-	401.384
Aquisição de energia - Itaipu (d)	585	(162.634)	1.731	(452.966)	600	(111.554)	1.792	(369.841)
Geração distribuída (e)	-	(72.011)	-	(173.638)	-	(25.764)	-	(55.269)
Subtotal	3.534	(1.337.719)	10.344	(3.348.132)	3.713	(1.097.929)	10.892	(2.753.345)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	(326.855)	-	(978.814)	-	(296.127)	-	(901.772)
Total	3.534	(1.664.574)	10.344	(4.326.946)	3.713	(1.394.056)	10.892	(3.655.117)

- (a) Compreende os custos com os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado (CCEAR) e Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD). Para o período, houve redução no volume contratado em 2,74%, embora a despesa tenha crescido em 6,95% devido o despacho térmico dos contratos por disponibilidade, com preço médio do exercício em R\$ 281,95/MWh em relação a 2024 de R\$ 256,40/MWh;
- (b) A variação nas despesas associadas ao ESS/EER no período, deve-se a redução no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito pela situação hidrológica favorável, ocasionando diminuição dos pagamentos associado a este encargo ESS;
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 244.371 no período findo em 30 de setembro de 2025 em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao período findo em 30 de setembro de 2024;
- (d) A variação refere-se aos custos do contrato da Usina de Itaipu e aos seus efeitos na liquidação na CCEE, no âmbito do Mercado de Curto Prazo. Esses fatores resultaram em um aumento de 22,48% nas despesas em relação ao mesmo período em 2024, devido à atualização do preço médio de compra, que evoluiu de R\$ 261,68/MWh em 2024 para R\$ 206,38/MWh em 2025; e
- (e) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar, com impacto dos encargos de geração distribuída no resultado financeiro.

(*) não revisado.

26 Outras despesas operacionais, líquidas

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Outras receitas operacionais				
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	5.705	6.380	1.100	2.644
Reversão de provisão para perda de estoque	-	-	70.014	70.014
Outras receitas operacionais (a)	2	81.498	26.469	26.469
Total de outras receitas operacionais	5.707	87.878	97.583	99.127
Outras despesas operacionais				
Perdas pela desativação de bens e direitos	(64.161)	(145.594)	(50.639)	(114.830)
Indenização por danos a terceiros	207	-	(572)	(2.345)
Provisão para perda de estoque	(13.899)	(46.496)	(15.448)	(16.588)
Baixa de recebíveis incobráveis (b)	-	-	(17.554)	(68.385)
Outras despesas operacionais	(108)	(6.103)	(3.150)	(11.698)
Total de outras despesas operacionais	(77.961)	(198.193)	(87.363)	(213.846)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(72.254)	(110.315)	10.220	(114.719)

- (a) A variação deve-se, principalmente, a um ganho processual no valor de R\$ 79.233 registrado em maio de 2025, referente a uma ação cível de rescisão contratual com pedido de reparação de danos; e
- (b) No período de 30 de setembro de 2025, foram realizadas baixas de títulos vencidos acima de 5 anos do contas a receber e outros créditos a receber nos valores de R\$ 14.045 e R\$ 1.010, respectivamente, contra suas respectivas PECLDs.

27 Resultado financeiro

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	27.953	81.941	47.805	105.829
Valores a receber/devolver parcela A	52.932	99.348	8.955	20.378
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(3.924)	979	-	-
Acréscimo moratório de energia vendida	14.870	45.394	15.091	47.141
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (c)	67.860	192.974	12.103	12.103
Receita financeira de AVP (d)	-	-	-	2.239
Juros de mora sobre PECLD	550	550	-	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(6.388)	(15.209)	(5.686)	(14.037)
Atualização do indébito tributário (e)	55.812	136.277	34.417	110.004
Atualização depósito judicial	2.346	6.555	2.253	5.342
Outras receitas financeiras	(2.922)	4.234	8.526	8.125
Total de receitas financeiras	209.089	553.043	123.464	297.124
Despesas financeiras				
Valores a receber/devolver parcela A	(38.440)	(84.894)	(13.773)	(59.072)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(122.820)	(267.780)	(7.815)	(8.096)
Encargos da dívida (f)	(391.027)	(1.047.050)	(317.457)	(902.058)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (c)	(13.059)	(151.501)	(30.590)	(97.880)
Atualização de contingências (g)	(15.350)	(49.318)	(20.177)	(54.000)
Juros, multas s/ operação de energia	(2.560)	(5.432)	(1.314)	(4.575)
Despesa financeira de AVP (d)	(202)	(4.599)	(2.343)	(6.659)
Encargos sobre déficit atuarial	(4.822)	(15.178)	(3.811)	(11.364)
Encargos de geração distribuída	(665)	-	-	-
Perda esperada sobre componentes financeiros de créditos (h)	(40.200)	(40.200)	-	-
Impairment – Créditos especiais – FUNAC	11.909	8.369	(2.949)	(13.267)
Juros, multas s/ impostos (i)	(50.245)	(123.961)	(67.783)	(67.824)
Outras despesas financeiras	(27.754)	(100.033)	(14.185)	(172.850)
Total de despesas financeiras	(695.235)	(1.881.577)	(482.197)	(1.397.645)
Resultado financeiro líquido	(486.146)	(1.328.534)	(358.733)	(1.100.521)

- (a) A variação negativa nos rendimentos das aplicações financeiras decorre, principalmente, da redução de 27,2% na disponibilidade média de caixa e aplicações financeiras da Companhia no período findo em 30 de setembro de 2025, em comparação com o período findo em 30 de setembro de 2024;
- (b) Refere-se à operação de swap contratada e designada como hedge de fluxo de caixa. A variação observada decorre, principalmente, dos efeitos cambiais sobre essas operações, bem como dos ingressos de novas contratações de swap realizadas em 2025. No período findo de 30 de setembro de 2025 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 14,11%, saindo de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 5,31 em 30 de setembro de 2025;
- (c) O aumento na despesa acumulada em 30 de setembro de 2025, nas linhas de variação cambial e monetária da dívida, ocorreu principalmente devido aos ingressos de novas dívidas, corrigidas pelo IPCA. Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo;
- (d) Valor referente ao reconhecimento de ajuste a valor presente líquido de R\$ R\$ 2.428 e R\$ 2.171, conforme notas explicativas nº 6 - Contas a receber de clientes e nº 15.2 - Movimentação de empréstimos e financiamentos, respectivamente;
- (e) A variação refere-se, principalmente, à atualização do crédito relacionado à exclusão do ICMS;
- (f) No acumulado até 30 de setembro de 2025, o aumento na despesa deu-se principalmente em função do crescimento da dívida da Companhia em 29,23%, em relação ao período findo em 30 de setembro de 2024. Além disso, houve impacto da elevação da taxa CDI, indexador com 84,2% de participação na dívida da Companhia, que passou de 7,99% no acumulado até setembro de 2024 para 10,36% no acumulado até setembro de 2025;
- (g) O saldo refere-se à atualização dos processos no período, conforme pode-se observar na nota explicativa nº 19 – Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados;
- (h) Referente a PECLD sobre a atualização financeira calculada sobre o saldo de Créditos Especiais – Aguardando ressarcimento, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.2 - Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC; e
- (i) A variação ocorre, principalmente, pela atualização dos efeitos da neutralidade do crédito relacionado à exclusão do ICMS.

28 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

O saldo de benefício pós-emprego está constituído conforme a seguir demonstrado:

	30/09/2025	31/12/2024
Passivo		
Circulante		
Plano CV	2.572	2.437
Total circulante	2.572	2.437
Não circulante		
Plano CV	21.846	22.444
Planos de Saúde	108.436	103.194
FGTS	22.250	25.483
Total não circulante	152.532	151.121
Total	155.104	153.558

As características dos planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritas na nota explicativa nº 28 – Benefício pós-emprego, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, e não houve alterações de critérios adotados no período.

29 Instrumentos financeiros

29.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas 15.5 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e nº 16.5 – *Covenants* das debêntures.

29.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia adota a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os swaps contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de hedge contábil na modalidade de hedge de fluxo de caixa. Já os swaps contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de hedge contábil na modalidade de hedge de valor justo.

29.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para período findo em 30 de setembro de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e depósitos bancários à vista	-	Custo amortizado	50.582	50.582	27.862	27.862
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	890	890	57.167	57.167
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.570.365	1.570.365	1.159.713	1.159.713
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	2.013.652	2.013.652	1.930.281	1.930.281
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	591.232	591.232	-	-
Outros créditos a receber – FUNAC	-	Custo amortizado	781.332	781.332	782.051	782.051
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	2.262.810	2.262.810	1.925.201	1.925.201
Total do ativo			7.270.863	7.270.863	5.882.275	5.882.275
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedor	-	Custo amortizado	1.217.840	1.217.840	1.377.904	1.377.904
Fornecedor – risco sacado	-	Custo amortizado	94.473	94.473	49.273	49.273
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	783.952	800.994	663.336	674.843
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	896.491	903.771	-	-
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	5.036	5.036	3.831	3.831
Debêntures	-	Custo amortizado	9.892.960	10.057.445	11.480.052	11.394.788
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	3.146.469	3.252.662	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	203.558	203.558	132.560	132.560
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	-	-	460.691	460.691
Total do passivo			16.240.779	16.535.779	14.167.647	14.093.890

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



29.4 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	Valor Justo		
									30/09/2025	31/12/2024	
XP	13/06/2024	15/05/2036	-	950.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,4895% a.a./ CDI + 0,30% a.a.	(82.260)	(97.179)	
Bank of America	22/07/2024	22/07/2027	70.000	383.600	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 6,0824% a.a./ CDI +1,20% a.a.	(16.949)	34.102	
BTG	08/10/2024	15/09/2036	-	800.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,27% a.a.	(75.041)	(69.483)	
Bradesco	29/04/2025	15/08/2043	-	300.000	Mensal	Juros	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI +0,36% a.a.	(7.936)	-	
Scotiabank	18/08/2025	18/08/2028	35.000	188.825	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 4,6370% a.a./ CDI + 1,00% a.a.	(9.177)	-	
Itaú	26/08/2025	15/08/2043	-	610.000	Mensal	Juros	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,29% a.a.	(4.268)	-	
Itaú	09/09/2025	15/08/2037	-	750.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,07% a.a.	(3.962)	-	
Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	750.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,063% a.a.	(3.965)	-	
Total									(203.558)	(132.560)	
									Passivo circulante	(3.273)	(814)
									Passivo não circulante	(200.285)	(131.746)
									Efeito líquido total	(203.558)	(132.560)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil				Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	
		30/09/2025		31/12/2024		30/09/2025	30/09/2024
		Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Valor Nominal	Ativo (Passivo)		
Contrato de <i>hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	4.732.425	(203.558)	2.133.600	(132.560)	169.644	(21.917)

29.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 30 de setembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

30 Demonstração dos fluxos de caixa

30.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativos de contrato (a)	261.620
Transferências entre ativos de contrato e intangível (a)	914.406
Adição de ativos de contrato com contrapartida em fornecedores (a)	65.700
Adição de ativos de contrato com contrapartida em obrigações e encargos sobre folha de pagamento (a)	108.959
Total de atividades de investimento	1.350.685
Atividades de financiamento	
Hedge accounting de fluxo de caixa	169.644
Capitalização de juros de empréstimos	58.446
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	2.110
Total de atividades de financiamento	230.200
Total	1.580.885

(a) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 13 – Ativos de contrato.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



30.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2024	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	30/09/2025
Empréstimos e financiamentos	663.336	1.070.119	(50.456)	-	-	(2.556)	1.680.443
Debêntures	11.480.052	1.443.477	(939.620)	-	-	1.055.520	13.039.429
Instrumentos financeiros derivativos	132.560	-	(26.159)	-	(169.644)	266.801	203.558
Passivos de arrendamento	3.831	(905)	(443)	2.110	-	443	5.036
Totais	12.279.779	2.512.691	(1.016.678)	2.110	(169.644)	1.320.208	14.928.466

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e capitalização de juros.

31 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027 (*)
Energia contratada (em R\$ mil)	2025 a 2036	905.954	3.816.693	3.504.580	39.272.270
Energia contratada (em MhW)	2025 a 2036	3.513.383	13.599.114	13.223.965	125.563.088

(*) estimado em 9 anos após 2027.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027
Arrendamentos e aluguéis	2025 a 2030	316	1.338	1.401	1.981

32 Eventos Subsequentes

Auto de Infração nº 24/2025 - SFF/ANEEL

Em 07 de outubro de 2025, a ANEEL emitiu o Auto de Infração nº 024/2025- SFF/ANEEL, com penalidade associada de aproximadamente R\$ 15.000, decorrente de ação fiscalizatória por compartilhamento indevido de informações do cadastro de consumidores com Companhia do grupo. A Companhia está recorrendo da decisão, seguindo o rito regulatório administrativo, e entende que não há efeitos a serem registrados nessas informações contábeis intermediárias.

Reajuste tarifário

Por meio de reunião de Diretoria da ANEEL, em 22 de outubro de 2025, foi aprovado o Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Equatorial Goiás, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 18,55% a partir da data de aprovação.

Amortização Extraordinária Facultativa da 1ª série da 4ª emissão de debêntures

Em 16 de outubro de 2025, ocorreu a amortização extraordinária parcial da 1ª série da 4ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 708.753.

Liberação de recurso da 11ª emissão de debêntures institucionais

Em 30 de outubro de 2025, foi realizada a liberação dos recursos referentes à 11ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas em série única, no montante total de R\$ 1.300.000. A emissão possui prazo de 7 anos, com juros semestrais e amortização anual no 4º ano (15%), 5º ano (15%), 6º ano (35%) e 7º ano (35%), sendo remunerada à taxa de CDI + 0,65% a.a. Os recursos captados serão destinados ao pré-pagamento das debêntures 1ª série da 4ª emissão e os recursos remanescentes serão utilizados para capital de giro.

Resgate antecipado da 1ª série da 4ª emissão de debêntures

Em 10 de novembro de 2025, ocorreu resgate antecipado do saldo da 1ª série da 4ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 1.178.655.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Vice-presidente

Marcos Antônio Souza de Almeida

Windsor Silva Santos Júnior

Jaconias de Aguiar

João Alberto da Silva Neto

Diretoria Executiva

Lener Silva Jayme
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de Relações com Investidores

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Fernanda Verzenhassi Sacchi
Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-GO